

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13.001/2021-DP

1- INICIO DO PROCESSO

Conforme autorização do Ilmo. Senhor Ordenador de Despesas da SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO Sr.(a). SERGIO BRAGA DE SOUSA foi instaurado o presente processo de dispensa de licitação objetivando a **LOCAÇÃO DE 01(UM) IMÓVEL, SITUADO À AVENIDA NICODEMOS ARAUJO, Nº 152 ALTOS, CENTRO, ACARAU, CEARA, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ACARAU.**

2- JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal contratação, o fato de que a SECRETARIA não dispõe de imóvel próprio na localidade, para o FUNCIONAMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ATENDIMENTO, e por se tratar o imóvel cuja escolha é adequada para tal fim. Dessa forma, a SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO no atendimento a população, optou pela escolha deste imóvel, após avaliação com emissão de laudo técnico pela comissão de avaliação de imóvel.

A ausência de licitação, no caso em questão, deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não o escolhido. As características do imóvel, tais como localização, dimensão, destinação, entre outras, são relevantes de tal modo que a Administração não tem outra escolha.

É notório que nos procedimentos de dispensa e de inexigibilidade, não existe a obrigatoriedade de cumprimento de todas as etapas formalizadas na Lei 8.666/93, que são fundamentais em um procedimento normal de licitação. Mesmo assim, devemos atentar para os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública, conforme ensina Antônio Roque Citadini:

"Conquanto esteja desobrigado de cumprir tais etapas formais, não estará o administrador desobrigado da obediência aos princípios básicos da contratação impostos à Administração Pública. Assim, será sempre cobrada ao administrador a estrita obediência aos princípios: da legalidade (a dispensa deverá ser prevista em lei e não fruto de artimanha do administrador para eliminar a disputa); da impessoalidade (a contratação direta, ainda que prevista, não deverá ser objeto de protecionismo a um ou outro fornecedor); da moralidade (a não realização das etapas de licitação não elimina a preocupação com o gasto parcimonioso dos recursos públicos, que deve nortear a ação do administrador); da igualdade (a contratação direta não significa o estabelecimento de privilégio de um ou outro ente privado perante a Administração); da publicidade (embora restrita, a contratação direta não será clandestina ou inacessível, de modo que venha a impedir que dela conheçam os outros fornecedores, bem como os cidadãos em geral); e da probidade administrativa (que é o zelo com que a Administração deve agir ao contratar obras, serviços ou compras)".

O imóvel que se pretende locar apresenta preço compatível com os praticados no mercado, além de ter as condições de instalação e localização necessárias ao atendimento das necessidades da Administração.

3- DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

A Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tomando-a **dispensada, dispensável e inexigível**.

DA SITUAÇÃO DE DISPENSA– Artigo 24, X da Lei n.º 8.666/93

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação **dispensável**, pois a Locação de imóvel afigura-se dentro da situação prevista em lei.

Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a **contratação direta** dos referidos serviços, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 24, X do referido diploma, *verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

Note-se, pois, que a Lei autoriza a dispensa de licitação para compra ou locação de imóveis fundada na premissa de que o preço esteja compatível com o mercado.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (e deve) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta para não ocasionar prejuízos, conforme estabelece o artigo 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

4-RAZÃO DA ESCOLHA DA LOCADORA:

A escolha recaiu sobre o imóvel que se localiza na AVENIDA NICODEMOS ARAUJO, Nº 152 ALTOS, CENTRO, ACARAU-CE de responsabilidade do (a) Sr.(a) **SILVIA HELENA FERREIRA**, residente na RUA GENERAL HUMBERTO MOURA, 602, CENTRO, ACARAU, inscrito(a) no CPF nº 115.274.123-34, tendo em vista o imóvel apresentar melhor estrutura, área física e localização, e inexistência de outros imóveis com características apropriadas para atender as necessidades da Secretaria, além de possuir **preço** compatível com o mercado.

5-JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço.

O preço pactuado nesse processo administrativo de Dispensa de Licitação é o preço estabelecido pelo Laudo Técnico de Vistoria realizado Comissão de avaliação. Sendo o valor ofertado pela locação do imóvel estava compatível com a realidade mercadológica, conforme laudo de avaliação do engenheiro responsável, devidamente acostado aos autos deste processo.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE ACARAU
SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO



Assim, o valor global do contrato a ser celebrado será de **R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)**, valor mensal praticado é de **R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)**, pelo período de 06(seis) meses.

6-PRAZO DE VIGÊNCIA:

O Contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos pelo 06(seis) meses, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 8.666/93.

ACARAU-CE, 05 de Março de 2021.

Jonatas Freitas Silva
JONATAS FREITAS SILVA

Chefe do Administrativo Financeiro